

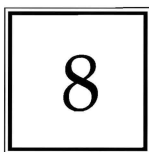
LUIZ FUX
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA
WALBER DE MOURA AGRA

Coordenadores

Luiz Eduardo Peccinin

Organizador

DIREITO PENAL E
PROCESSO PENAL ELEITORAL



Belo Horizonte



2018

Sumário:

PARTE I

O DIREITO PENAL ELEITORAL E SEUS BENS JURÍDICOS

CAPÍTULO 1

O ALCANCE E OS BENS JURÍDICOS RESGUARDADOS PELO DIREITO ELEITORAL

ANTONIO CARLOS DA PONTE, LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA SANTOS AOKI	21
1.1 Introdução	21
1.2 Conceito de bem jurídico.....	21
1.3 Escorço histórico do bem jurídico penal	22
1.4 Nomenclatura: dimensão x geração	26
1.4.1 Evolução das dimensões de direitos fundamentais	27
1.5 Bens jurídicos difusos e Direito Eleitoral	29
1.6 Considerações finais.....	31
Referências.....	32

CAPÍTULO 2

AS (IM)POSSIBILIDADES DE UM DIREITO PENAL ELEITORAL BRASILEIRO

JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES	35
2.1 Introdução	35
2.2 O <i>topos</i> do direito penal eleitoral.....	36
2.2.1 Direito eleitoral e direito penal eleitoral	37
2.2.2 Direito penal eleitoral e direito penal (comum).....	37
2.2.2.1 Crimes comuns e crimes eleitorais	38
2.3 As especificidades do direito penal eleitoral: sua (in)dependência sistêmica.....	40
2.3.1 Objeto	40
2.3.2 Fonte(s).....	41
2.3.3 Princípios	42
2.4 Os crimes eleitorais no Brasil.....	43
2.4.1 Legislação	43
2.4.2 Classificação: bem jurídico tutelado	44
2.4.3 Classificação: penas cominadas.....	44
2.4.4 Duas propostas de reforma da legislação penal eleitoral.....	45
2.4.4.1 A proposta do Ministro Carlos Velloso (2005).....	45
2.4.4.2 O Projeto de Lei nº 236/2012	46
2.5 É possível falar de um direito penal eleitoral adotando-se um conceito crítico de bem jurídico-penal?.....	46
2.6 Conclusão	49
Referências.....	50

CAPÍTULO 3

A CRISE DE CONFIANÇA NO SISTEMA DE JUSTIÇA ELEITORAL E O QUE OS TIPOS PENAIIS ELEITORAIS
PODEM FAZER A RESPEITO

LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES	53
3.1 Um certo desconforto.....	53
3.2 Contra o esquecimento jurídico.....	54
3.3 Inefetividade custa prestígio.....	55
3.4 O que fazer?.....	55
3.5 O que fazer? Segunda parte	56
3.6 Os crimes de que não precisamos	56

3.7	Os crimes de que precisamos, mas não com essa pena e redação.....	63
3.8	Os tipos que remanesceriam.....	66
3.9	Nova criminalização	69
3.10	Nós bem que tentamos	70
3.11	Corrupção e lavagem de dinheiro praticada por partidos políticos	72
3.12	Considerações finais.....	74

PARTE II CRIMES ELEITORAIS

CAPÍTULO 1

ANATOMIA DO CRIME ELEITORAL

RENÉ ARIEL DOTTI	77
1.1 Introdução	77
1.1.1 Conceito	77
1.1.2 Classificação	78
1.1.3 Natureza jurídica.....	79
1.1.4 Modalidades essenciais dos crimes eleitorais	79
1.1.5 A excepcional gravidade de certas modalidades	80
1.1.6 A antecipação da propaganda eleitoral pela Internet	80
1.1.7 A escassa bibliografia de Direito Eleitoral	81
1.1.8 A educação e a política	81
1.1.9 O pensamento de José de Alencar.....	82
1.2 A reforma do Código Eleitoral	82
1.2.1 O Anteprojeto de 1991	82
1.2.2 O Anteprojeto de 1995	83
1.2.3 O Anteprojeto de 2005	83
1.3 O Anteprojeto é encaminhado ao Senado.....	85
1.3.1 O Projeto de Lei do Senado nº 389/2005 e seu substitutivo.....	85
1.4 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2005	85
1.4.1 A distribuição dos ilícitos.....	85
1.4.2 A previsão de novos tipos de crimes.....	85
1.4.3 A fixação dos limites da pena privativa de liberdade	87
1.4.4 A introdução das penas restritivas de direito	87
1.4.5 O critério de atualização da pena de multa	88
1.4.6 Cálculos de aplicação da pena de multa	88
1.4.7 Sanção específica para a pessoa jurídica	89
1.4.8 Os efeitos da condenação	90
1.4.9 Uma nova causa interruptiva da prescrição	90
1.4.10 Alguns aspectos de natureza processual	90
1.5 Epílogo	91
1.5.1 O arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 385/2005	91
1.5.2 A nova comissão de juristas	91

CAPÍTULO 2

AS MÚLTIPLAS CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES ELEITORAIS E SUA RELEVÂNCIA

EVÂNIO MOURA	93
2.1 Introdução	93
2.2 Conceito de crime eleitoral, evolução histórica e seus desdobramentos	93
2.3 Crime eleitoral, crime político e crime comum	96
2.4 Bens jurídicos tutelados pelos crimes eleitorais e princípio constitucional da proporcionalidade	98
2.5 Classificação dos crimes eleitorais	102
2.5.1 Crimes eleitorais específicos ou puros e crimes eleitorais acidentais.....	103
2.5.2 Crimes de atentado e crime eleitoral	103
2.5.3 Crime eleitoral comum e próprio.....	104
2.5.4 Classificações doutrinárias do crime eleitoral e sua importância	104
2.6 Conclusões.....	107
Referências.....	108

CAPÍTULO 3

TUTELA PENAL ELEITORAL: A NECESSIDADE DE TRAÇAR UM NOVO PARADIGMA PARA A FORMULAÇÃO DOS TIPOS PENAIIS NA ESFERA ELEITORAL

ANTONIO SERGIO CORDEIRO PIEDADE, LEONARDO CORDEIRO SOUSA,

WALESKA ROBERTA RODRIGUES CIPRIANO	109
--	-----

3.1	Introdução	109
3.2	Dos princípios fundamentais de Direito Eleitoral	110
3.3	Dos tipos penais eleitorais.....	111
3.4	Das diretrizes normativas	114
3.5	Do bem jurídico penal eleitoral	115
3.6	Conclusão	117
	Referências.....	117

CAPÍTULO 4

APLICABILIDADE DAS LEIS Nº 9.099/95 E Nº 10.259/2001 AOS CRIMES ELEITORAIS

	KELSEN DE FRANÇA MAGALHÃES.....	119
4.1	A aplicabilidade ou não dos institutos “despenalizadores” em relação aos crimes eleitorais	120
4.1.1	Outros benefícios das Leis dos Juizados aplicáveis aos crimes eleitorais.....	135
4.2	Competência para processar e julgar crimes eleitorais de menor potencial ofensivo.....	136
4.3	Possibilidade de aplicação ou não do procedimento ou rito estabelecido nas leis dos Juizados aos crimes eleitorais	141
	Referências.....	145

CAPÍTULO 5

CRIMES ELEITORAIS E INELEGIBILIDADE

	DANIELA DE CÁSSIA WOCHNICKI	147
5.1	Introdução	147
5.2	A inelegibilidade	148
5.3	A aferição da inelegibilidade	150
5.4	A inelegibilidade por condenação criminal.....	153
5.5	Conclusão	160

CAPÍTULO 6

REFLEXÕES SOBRE A DETERMINAÇÃO JUDICIAL DA PENA: DO SUBJETIVISMO À PENA PROPORCIONAL AO FATO

	RONANROCHA.....	163
6.1	Introdução	163
6.2	Breve panorama das teorias sobre os fundamentos da determinação judicial da pena	166
6.2.1	A teoria do espaço livre (<i>Spielraumtheorie</i>) ou da moldura da culpabilidade (<i>Schuldrahmentheorie</i>)	166
6.2.2	Teoria dos níveis	168
6.2.3	Teoria da pena proporcional ao fato.....	169
6.3	Considerações críticas à luz do ordenamento jurídico brasileiro	176
	Referências.....	180

PARTE III

OS CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO 1

A PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL E OS CRIMES ELEITORAIS

	LEONARDO SCHMITT DE BEM.....	185
--	------------------------------	-----

CAPÍTULO 2

CRIMES CONTRA A HONRA E A VERDADE NAS CAMPANHAS ELEITORAIS NA INTERNET: UMA NECESSÁRIA REVISITAÇÃO EM UMA SOCIEDADE EM REDE

	JOSÉ ANTÔNIO REMÉDIO, MARCELO RODRIGUES DA SILVA, RICHARD PAE KIM.....	199
2.1	Introdução	199
2.2	Uma breve contextualização dos crimes contra a honra e a verdade nas campanhas eleitorais na internet em uma sociedade em rede	201
2.3	Crime de divulgação de fatos sabidamente inverídicos (artigo 323 do Código Eleitoral)	205
2.4	Crimes de calúnia, difamação e injúria eleitorais (artigos 324, 325 e 326 do Código Eleitoral).....	213
2.5	Considerações finais.....	218
	Referências.....	220

CAPÍTULO 3

A LIBERDADE DO VOTO NO DIREITO PENAL ELEITORAL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS CRIMES E AS PENAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR

LUCIANO ZAMBROTA	223
3.1 Introdução	223
3.2 A proteção da liberdade na Constituição de 1988	224
3.2.1 Da liberdade em geral.....	224
3.2.2 Da liberdade individual.....	224
3.2.3 Da liberdade para o exercício do voto.....	226
3.3 O direito penal eleitoral.....	227
3.3.1 Conceito e finalidade.....	227
3.3.2 Os crimes contra a liberdade do voto e as penas da lei	228
3.3.2.1 Notas gerais introdutórias	228
3.3.2.2 Crimes eleitorais em espécie que ofendem indiretamente a liberdade do voto.....	229
3.3.2.3 Crimes eleitorais em espécie que ofendem diretamente a liberdade do voto	233
3.3.3 O processo penal eleitoral	241
3.4 Conclusão	245
Referências.....	246

CAPÍTULO 4

A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO DO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97 COMO EXPRESSÃO DA CORRUPÇÃO ELEITORAL E A NECESSÁRIA ADOÇÃO DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE PARTIDÁRIA

FERNANDA RAVAZZANO L. BAQUEIRO	249
4.1 Introdução	249
4.2 A corrupção eleitoral e a ofensa aos alicerces da soberania popular: a necessária atuação em conformidade para o respeito à cidadania e ao estado democrático de direito	250
4.2.1 Os alicerces da soberania popular e a corrupção eleitoral: quando o interesse privado se sobrepõe ao interesse público	251
4.2.2 Prevenção e repressão à corrupção eleitoral: análise do artigo 299 do CE e a necessidade de atuar em conformidade	252
4.2.2.1 Repressão à corrupção eleitoral no Código Eleitoral	252
4.2.2.2 Mudança cultural: a prevenção como ferramenta de combate à corrupção e o atuar em conformidade.....	256
4.3 Da captação ilícita de sufrágio do art. 41-A da Lei nº 9.504/97 como expressão da corrupção eleitoral.....	257
4.3.1 Fundamentação teórica do art. 41-A e os equívocos na construção do tipo.....	257
4.3.2 Estrutura do tipo.....	259
4.4 A responsabilidade dos partidos políticos por atos de seus filiados e a incidência da Lei Anticorrupção às agremiações.....	262
4.5 A necessária adoção dos programas de <i>compliance</i> partidária para a prevenção e repressão da corrupção eleitoral.....	266
4.5.1 Responsabilidade solidária pelas condutas ilícitas dos filiados.....	266
4.5.2 Medidas de conformidade a serem implementadas	267
4.6 Considerações finais.....	269
Referências.....	270

CAPÍTULO 5

O DIREITO PENAL GLOBALIZADO E SUA INCIDÊNCIA SOBRE AS LISURAS DE PLEITOS ELEITORAIS

RENATO CARDOSO DE ALMEIDA ANDRADE	275
5.1 Apresentação.....	275
5.2 Introdução	276
5.3 A ideia básica da lisura eleitoral e sua estruturação	278
5.4 Globalização e direito	280
5.5 A nova criminalidade e a dramatização da violência	282
5.6 A ordem mundial	284
5.7 As instâncias de controle contra a corrupção e a lisura dos pleitos eleitorais.....	287
5.8 Conclusão	289

CAPÍTULO 6

A CRIMINALIZAÇÃO DO CAIXA 2 E DA LAVAGEM DE DINHEIRO NO PROCESSO ELEITORAL

FREDIANO JOSÉ MOMESSO TEODORO.....	291
6.1 Introdução	291
6.2 A representatividade democrática como um bem jurídico penalmente tutelável.....	292
6.3 Sobre a adequação e a necessidade de uma resposta penal.....	297
6.4 A criminalização das condutas atinentes ao financiamento de campanhas eleitorais.....	298
6.5 O crime de lavagem de dinheiro no recebimento de doações para a campanha eleitoral	299
6.6 A criminalização do <i>caixa 2</i> no processo eleitoral.....	300
6.7 Conclusão	302
Referências.....	303

PARTE IV
O DIREITO PROCESSUAL PENAL ELEITORAL

CAPÍTULO 1

**APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E SUPLETIVA DO PROCESSO PENAL COMUM
AO PROCESSO PENAL ELEITORAL**

MARCOSR AMAYANA.....	307
----------------------	-----

CAPÍTULO 2

OS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO ELEITORAL E AO PROCESSO PENAL ELEITORAL

DAIENE KELLY GARCIA	321
2.1 Introdução	321
2.2 O Direito Eleitoral e o Direito Processual Penal Eleitoral.....	322
2.3 Hermenêutica principiológica no Direito Eleitoral	323
2.4 Princípios constitucionais eleitorais.....	324
2.4.1 Princípio republicano.....	325
2.4.2 Princípio democrático.....	325
2.4.3 Princípio federativo.....	326
2.4.4 Princípio da soberania popular	326
2.4.5 Princípio da participação das minorias na democracia	327
2.4.6 Princípio da separação dos poderes	328
2.4.7 Princípio da moralidade.....	328
2.4.8 Princípio da informação e deveres de transparência e publicidade	329
2.4.9 Princípio da liberdade de expressão.....	329
2.5 Princípios eleitorais	329
2.5.1 Princípio da autenticidade ou da legitimidade e higidez.....	330
2.5.2 Princípio da igualdade de oportunidades	330
2.5.3 Princípio da liberdade para o exercício do mandato	331
2.5.4 Princípio da estrita legalidade eleitoral.....	331
2.5.5 Princípio da anualidade eleitoral	331
2.5.6 Princípio da celeridade	334
2.5.7 Princípio da periodicidade da investidura nas funções eleitorais	335
2.5.8 Princípio das capacidades institucionais	335
2.5.9 Princípio do minimalismo judicial.....	335
2.6 Princípios processuais penais eleitorais	336
2.6.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	336
2.6.2 Princípio da presunção de inocência	336
2.6.3 Princípio do devido processo legal eleitoral	342
2.6.4 Princípio da competência e princípio do juiz natural	343
2.6.5 Princípio da inafastabilidade da jurisdição	343
2.6.6 Princípio da imparcialidade do juiz	343
2.6.7 Princípio do dispositivo.....	344
2.6.8 Princípio do contraditório e da ampla defesa	344
2.6.9 Princípio da cognição e princípio do livre convencimento.....	345
2.6.10 Princípio da busca da verdade democrática eleitoral	345
2.6.11 Princípio da publicidade	345
2.7 Considerações finais.....	346
Referências.....	347

CAPÍTULO 3

**CONSTITUIÇÃO E PROCESSO: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO
PROCESSO PENAL ELEITORAL**

LETÍCIA LACERDA DE CASTRO	349
3.1 Introdução	349
3.2 Breves apontamentos sobre o bem jurídico tutelado no tipo penal eleitoral	350
3.3 O processo penal constitucional.....	354
3.3.1 Construções teóricas	354
3.3.2 O processo penal “eleitoral” constitucional	356
3.4 Para além da aplicação subsidiária do Código Processual Penal no processo penal eleitoral é a obrigatoriedade de se respeitar – e concretizar! – os direitos e garantias constitucionais do processo	360
3.4.1 A acusatoriedade do sistema	360
3.4.2 A imparcialidade “objetiva” do juiz.....	362
3.4.3 O direito de o réu ser tratado como inocente	363
3.4.4 A prova penal “eleitoral”	364

3.4.5	O devido processo constitucional e o contraditório, a ampla defesa, a isonomia e a fundamentação das decisões: eixos de concretude da dignidade humana no processo penal	367
3.5	Considerações finais.....	370

CAPÍTULO 4

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A INVESTIGAÇÃO DE CRIME ELEITORAL

PAULO CÉSAR BUSATO, RODRIGO J. CAVAGNARI		373
4.1	Introdução	373
4.2	O problema: a investigação de crime eleitoral	374
4.2.1	A <i>notitia criminis</i> dos delitos eleitorais.....	374
4.2.2	O flagrante de crime eleitoral	375
4.3	O inquérito policial eleitoral	376
4.3.1	A ação direta de inconstitucionalidade.....	377
4.4	O que late por trás do problema: a posição do juiz e do Ministério Público no processo penal	378
4.4.1	Da questão constitucional dos sujeitos processuais no processo penal	379
4.4.1.1	A função constitucional da polícia no plano eleitoral	380
4.4.1.2	A ação penal eleitoral e o exercício de sua titularidade pelo Ministério Público	380
4.5	O princípio acusatório que deve orientar o processo penal eleitoral	383
4.6	Um argumento de reforço: <i>back to Hobbes</i>	385
4.7	Conclusão	386
	Referências.....	387

CAPÍTULO 5

ANÁLISE CRÍTICA AO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL APLICADO NO DIREITO ELEITORAL

HENRIQUE DUMSCH PLOCHARSKI, DESIRÉE MAGELA DELOR RODRIGUEZ.....		389
5.1	Introdução	389
5.2	Premissas teóricas acerca da inelegibilidade e do princípio da obrigatoriedade	390
5.3	Análise crítica do princípio da obrigatoriedade no Direito Penal Eleitoral.....	393
5.4	Conclusão	398
	Referências.....	399

CAPÍTULO 6

O PROCEDIMENTO DO PROCESSO PENAL ELEITORAL E SUAS PECULIARIDADES

VINICIUS CORDEIRO		401
	Introdução	401
6.1	O procedimento do Código Eleitoral.....	401
6.2	Fase pré-processual ou de investigação	402
6.3	Competência.....	403
6.3.1	Crimes eleitorais conexos com crimes contra a vida.....	404
6.3.2	Crimes eleitorais como crimes comuns.....	406
6.3.3	Competência para o julgamento de seus membros.....	406
6.4	Ação penal	407
6.4.1	Ação penal privada subsidiária.....	408
6.4.1.1	Ação penal e o advento da Lei nº 11.719/08	409
6.5	Fases do processo	410
6.5.1	A denúncia.....	410
6.5.2	Juízo de admissibilidade da acusação.....	411
6.5.3	Resposta à acusação	413
6.5.4	Instrução e interrogatório.....	413
6.5.4.1	Cabimento da <i>sursis</i> processual e transação penal.....	415
6.5.5	Alegações finais e sentença	416
6.5.6	Recursos no processo penal eleitoral	417
6.5.7	Medidas cautelares.....	419
6.6	Conclusão	419

CAPÍTULO 7

O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO NO PROCEDIMENTO ESPECIAL DOS CRIMES ELEITORAIS: CRÍTICA À EFICÁCIA DA REGRA DO ART. 359, *CAPUT*, DO CÓDIGO ELEITORAL

BRUNO AUGUSTO VIGO MILANEZ		421
7.1	Introdução	421
7.2	Há antinomia entre o art. 359, do CE e o art. 400, <i>caput</i> , do CPP?.....	423

7.3	A antinomia aparente entre as regras do interrogatório: a não prevalência, <i>a priori</i> , da especialidade sobre o critério cronológico e os reflexos nas decisões sobre o momento do interrogatório do acusado.....	430
7.4	Cronologia e especialidade: a prevalência do critério que melhor atende ao texto constitucional e a consequente fixação do interrogatório, no procedimento dos crimes eleitorais, como último ato da instrução.....	437
7.5	Conclusões.....	439
	Referências.....	439

CAPÍTULO 8

ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE A PROVA ILÍCITA NO PROCESSO PENAL ELEITORAL

LEANDRO SOUZA ROSA	441	
8.1	Introdução	441
8.2	Sobre o direito à prova.....	442
8.3	Limitações do direito à prova no processo penal	444
8.4	Particularidades da prova no processo eleitoral.....	446
8.5	A questão das provas ilícitas no processo penal eleitoral	449
8.6	Uso da teoria dos frutos da árvore envenenada e suas inadequadas exceções.....	452
8.7	Gravações clandestinas na visão do TSE.....	456
8.8	Aproveitamento possível da prova ilícita.....	460
8.9	Conclusão	461
	Referências.....	462

CAPÍTULO 9

A SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO POLÍTICO-ELEITORAL

FAUZI HASSAN CHOUKR	465	
9.1	Direitos políticos e sua interface com o Direito Penal.....	465
9.2	A sentença penal eleitoral e seus impactos nos direitos políticos.....	466
	Referências.....	472

CAPÍTULO 10

OS RECURSOS NO PROCESSO PENAL ELEITORAL

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA, LUANA LOPIZIC CARVALHO, PEDRO CARVALHO CHAGAS	475	
10.1	Introdução	475
10.2	O sono dogmático do processo penal eleitoral	476
10.2.1	O processo penal brasileiro: o germe autoritário.....	476
10.2.2	O sistema recursal no processo penal eleitoral	477
10.3	Recursos no processo penal eleitoral.....	478
10.3.1	Recurso eleitoral. Apelação criminal	479
10.3.1.1	Cabimento	479
10.3.1.2	Prazo para a interposição.....	479
10.3.1.3	Competência	479
10.3.1.4	Processamento	479
10.3.2	Embargos de declaração	480
10.3.2.1	Cabimento	480
10.3.2.2	Prazo para interposição.....	480
10.3.2.3	Competência e processamento.....	481
10.3.3	Embargos infringentes.....	481
10.3.3.1	Cabimento	481
10.3.3.2	Prazo para interposição.....	482
10.3.3.3	Competência e processamento.....	482
10.3.4	Recurso em sentido estrito	482
10.3.4.1	Cabimento	482
10.3.4.2	Prazo de interposição	483
10.3.4.3	Competência e processamento.....	483
10.3.5	Recurso especial.....	484
10.3.5.1	Cabimento	484
10.3.5.2	Prazo para interposição.....	485
10.3.5.3	Competência e processamento.....	485
10.3.6	Recurso ordinário – dirigido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	485
10.3.6.1	Cabimento	485
10.3.6.2	Competência e procedimento.....	485
10.3.7	Recurso ordinário constitucional – dirigido ao Supremo Tribunal Federal (STF).....	486
10.3.7.1	Cabimento	486
10.3.7.2	Prazo para interposição.....	486
10.3.7.3	Competência e processamento.....	486
10.3.8	Recurso extraordinário	486

10.3.8.1 Cabimento	486
10.3.8.2 Prazo para interposição.....	487
10.3.8.3 Competência e processamento.....	487
10.3.9 Agravo em execução eleitoral.....	487
10.3.9.1 Cabimento	488
10.3.9.2 Prazo para interposição.....	488
10.3.9.3 Competência e processamento.....	488
10.3.10 Carta testemunhável	488
10.3.10.1 Cabimento	488
10.3.10.2 Competência e processamento.....	489
10.4 Sucedâneos recursais	489
10.4.1 Revisão criminal	489
10.4.1.1 Cabimento	490
10.4.1.2 Prazo para interposição.....	490
10.4.1.3 Competência	490
10.4.1.4 Pr ocessamento	491
10.4.2 <i>Habeas corpus</i>	491
10.4.2.1 Cabimento	491
10.4.2.2 Prazo	492
10.4.2.3 Competência	492
10.4.2.4 Pr ocessamento	492
10.4.3 Mandado de segurança.....	493
10.4.3.1 Cabimento	493
10.4.3.2 Competência	494
10.4.3.3 Pr ocessamento	494
10.4.4 Correição parcial.....	495
10.4.4.1 Cabimento	495
10.4.4.2 Prazo para ajuizamento.....	495
10.4.4.3 Competência e processamento.....	495
10.4.5 Reclamação constitucional	495
10.4.5.1 Cabimento	495
10.4.5.2 Prazo para ajuizamento.....	496
10.4.5.3 Competência e processamento.....	496
10.5 Conclusão	496
Referências.....	497

CAPÍTULO 11

UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* E DA REVISÃO CRIMINAL NA COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL

SAMUEL CAMARGO FALAVINHA.....	499
11.1 Breve histórico sobre os institutos da Revisão Criminal e do <i>Habeas Corpus</i>	499
11.2 Da utilização da revisão criminal e do <i>habeas corpus</i> na competência criminal da Justiça Eleitoral.....	506
11.3 Conclusão	509
Referências.....	510

CAPÍTULO 12

O SISTEMA DE VALORAÇÃO DAS PROVAS NO DIREITO ELEITORAL: A PROVA TESTEMUNHAL SINGULAR, A INTERCEPTAÇÃO AMBIENTAL, ESCUTA AMBIENTAL, GRAVAÇÃO AMBIENTAL NO DIREITO ELEITORAL

FRANCISCO DIRCEU BARROS	513
12.1 A prova testemunhal no Direito Eleitoral.....	513
12.2 Sistema de valoração tarifado <i>versus</i> a persuasão racional do magistrado eleitoral	515
12.3 A captação ambiental <i>versus</i> a gravação ambiental no Direito Eleitoral	516
12.3.1 Divisão da captação ambiental	517
12.4 A necessidade de autorização judicial para captação ambiental	517
12.5 Gravação ambiental.....	518
12.5.1 Posição atual do TSE no tema gravação ambiental	518
12.5.2 Das espécies de gravação ambiental	519
12.5.3 A licitude da gravação ambiental privada ou pública com repercussão geral foi reconhecida pelo STF	520
12.6 A captação ambiental ou gravação ambiental em defesa de uma liberdade pública.....	521
12.7 Restrições à prova ambiental feita por um dos interlocutores no Direito Eleitoral	522
12.8 As provas eleitorais ilícitas derivadas e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>the fruit of the poisonous tree</i>)	524
Exemplod idático.....	524
12.9 Limitações à teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>the fruit of the poisonous tree</i>).....	525
12.10 A prova emprestada no Direito Eleitoral.....	528
12.10.1 Prova emprestada e a não exigência das partes uniformes	529
12.10.2 Prova emprestada e exigência de contraditório	529

12.10.3 Prova emprestada e celeridade processual	530
12.10.4 O valor da prova emprestada no direito eleitoral	530
Referências	531
 SOBRE OS AUTORES.....	 533